

ENTREVISTA COM MARIO CÉSAR LUGARINHO

ATIVISMO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL: ENTRE HISTÓRIAS, CORPOS, PENSAMENTOS...

Paulo César García

Mário César Lugarinho é Professor Associado da Universidade de São Paulo do Departamento de Letras Clássicas e Vernácula na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. É bolsista de produtividade em pesquisa – nível 2 do CNPq, recebendo sucessivos apoios desde 2001. É pesquisador associado do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa e do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Universidade do Porto. Atuou como Professor Visitante na Universidade de Lisboa (2013-2014) e *Visiting Scholar* na Universidade de Macau (2015-2016). É graduado em Letras (1988) e cursou a especialização (1989) em Teoria Literária na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado (1993) e doutorado (1997) em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Realizou o estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2003) e no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (2012-2013).

Prestou concurso de Livre-docência para a área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2012). Foi Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, tendo atuado nas áreas de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Com outros pesquisadores, fundou em junho de 2001 a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH). Cito alguns livros publicados no Brasil: *Manuel Alegre: mito, memória e utopia* (2005), *Do inefável ao afável. Ensaios sobre sexualidade, gênero e estudos queer* (2013), artigos em revistas especializadas e capítulos de livros, a exemplo: *Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa?* (2001), *Crítica literária e os Estudos Gays e Lésbicos: uma introdução a um problema* (2002), *Literatura de Sodoma: o cânone literário e a identidade homossexual* (2003), *Masculinidade e colonialismo: em direção ao*

'homem novo' (*subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa*) (2013) e no exterior: *Al Bertô: In 'Memorian' the lusitanian queer principle* (2002), *Gender and Sexuality and Beyond: the Late Cape Verdean Literature* (2018), *A 'novidade' de O Barão de Lavos: Projeto de masculinidade e identidade homossexual* (2020). Possui experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa, principalmente, nos seguintes temas: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Estudos Pós-coloniais, Estudos Culturais e Estudos Queer.

Paulo César García

Em um artigo publicado em 2003, você trata sobre a formação canônica e a emergência da homossexualidade, atendendo ao episódio da história e da literatura portuguesa, conhecido como a *literatura de Sodoma* (LUGARINHO, Mário César. 'Literatura de Sodoma': o cânone literário e a identidade homossexual. Niteroi, **Gragoatá**, n. 14, p. 133-145, 1. sem. 2003). Neste mesmo ano, publica artigo em que aponta os estudos gays e lésbicos serem situados como fatos recentes, sobretudo, do ponto de vista crítico que passa a perceber nas relações sociais e culturais, para além do par opositivo heterossexualidade/homossexualidade. Tivemos avanços nos estudos sobre as identidades sexuais e de gênero como discurso atuante em textos literários e em nossa própria sociedade? Quais pontos merecem ser destacados desde os anos dessas publicações até a atualidade, se pensarmos em termos como diversidades, dissidências, ativismos?

Mário César Lugarinho

Eu recuaria um pouco no tempo que está marcado na sua pergunta. No ano de 2003, quando publiquei o referido artigo, já se contavam pelo menos 05 anos desde o *V congresso da Abralic* (UFSC, 1998), 04 anos do *I Encontro de Pesquisadores* (UFF, 1999), 01 ano do *I Congresso da ABEH* (UFES, 2002). Começo por enumerar esses eventos porque a cada ano que se passava esses estudos cresciam e avançavam de maneira flagrante. Eu, sempre quando posso, chamo a atenção para o congresso de Florianópolis, principalmente

porque foi lá que literalmente a pesquisa acadêmica saiu do armário. Pelo menos 08 comunicações diferentes trataram de temas referentes às diversidades e dissidências sexuais e não houve nenhuma esquivia em tratar do assunto. Temos de lembrar que, apesar de estarmos naquela altura, num ambiente político democrático e sem censura, a universidade, a área de estudos de literatura, em especial, entretanto, ainda era um ambiente muito conservador e muito reticente aos estudos de identidade que não se conformassem aos limites da nacionalidade (a classe social acabava, afinal, de ser (re)habilitada pela publicação de *Cidade de Deus*, de Paulo Lins). Discussões que avançassem para o estudo das identidades configuradas pela raça e etnia ou pelo gênero ainda eram muito questionadas, criticadas e, muitas vezes, invalidadas. O macro-evento, por exemplo, *Fazendo Gênero* ainda estava em suas primeiras edições e ainda poderia ser considerado muito “local” e restrito a um público específico. Naquele tempo era necessário sempre justificar o objeto, justificar a abordagem e, mais, justificar a existência do problema. E porque havia uma distância considerável entre o nosso desejo de pesquisa e o reconhecimento dos objetos de pesquisa – quero dizer que, por exemplo, o desejo de pesquisa privilegiava alguns objetos de então, o que explica, para mim, um “excesso” de estudos sobre a obra de Caio Fernando Abreu, como se apenas ele, em nossa Literatura, tivesse produzido algo que poderia ser chamado de literatura gay – tínhamos de prosseguir com “cautela” para não correremos o risco de invalidarmos nossas pesquisas. Tínhamos o cuidado, que, hoje, considero desnecessário, de deixarmos evidente que não estávamos “tirando autores do armário”, mas apenas suas obras: um exame da fortuna crítica de *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha, pode ser um bom exemplo. Muito se demorou, apesar das evidências, que se reconhecesse a centralidade do tema da homossexualidade no romance, e, quando aconteceu, nossos arroubos nacionalistas levaram-nos a pensá-lo como o primeiro romance ocidental a tratar do tema. Como se sabe, essa proposição foi rapidamente rebatida pela “descoberta” de *O barão de Lavos*, do português Abel Botelho (hoje se reconhece *Um homem gasto*, de Ferreira Leal). Rapidamente, percebemos que essas obras que tirávamos do armário, na verdade, não se encontravam à margem do cânone literário, mas no seu centro. Caminha, Botelho, Proust, Rimbaud, Whitman, Wilde, Pessoa, Sá-

Carneiro, João do Rio, Gide, Genet, Lucio Cardoso, Guimarães Rosa, dentre outros autores que nos vinham à mente, eram centrais em seus respectivos cânones nacionais. O que nos levou a pensar que a homossexualidade, como tema, configurara-se no centro do cânone ocidental – hipótese que não se confirmou, porque, na verdade, estávamos diante do tema da masculinidade, o que nos levou a outros caminhos de pesquisa e ao alargamento das reflexões, porque, mais, ainda, confirmamos que essa proposição era solidária às perspectivas de classe e raça, afinal, e esses autores e suas obras evidenciavam “crises” concernentes a homens cis, brancos e burgueses – o protótipo do homem ocidental (talvez, por isso, interessei-me por tanto tempo pela poesia do português Al Berto, que considerava eminentemente queer). Historicamente, o ponto de virada deva ter sido o ano de 2004, no *II Congresso da ABEH*, em Brasília, com mais de duzentas comunicações, o evento foi palco para a superação dos estudos gays e lésbicos e a assunção definitiva dos estudos queer. Essa ultrapassagem foi fundamental porque significou a superação do binarismo, típico dos estudos gays e lésbicos, e porque estabeleceu o compromisso da crítica com o ativismo social e político, tão necessários desde a primeira hora. Além disso, a profusão dos estudos sobre e de lésbicas e, principalmente, dos estudos sobre e de pessoas trans e suas produções culturais ganharam o relevo que se deveriam ter tido desde o princípio. Essa história relata um pouco a rápida, porém difícil, alteração de rotas de uma área de estudos em permanente formação e que depende fundamentalmente do ingresso e da colaboração desses sujeitos.

PCG

Em 2001, na Universidade Federal Fluminense, foi fundada a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e você é um dos principais articuladores para a criação da Associação. O objetivo era reunir pesquisadores/as brasileiros/as e de outras nações, não somente da área de Letras e Literatura, como também visava agregar uma rede interdisciplinar que formalizasse as investigações sobre gêneros e sexualidades. Cito uma passagem do livro *A Escrita Literária e As Formas da Construção da Identidade Homossexual em Portugal* em que afirma: “O que denominamos como emergência de uma consciência histórica dotada de uma identificação

imediate a sua diferença sexual pode ser, hoje, alargada na medida em que a investigação teórica a respeito das relações entre a cultura e a identidade homossexual precisou desenhar um conceito eficaz que lhe desse mais contornos definidos: o conceito de ‘homocultura’”(LUGARINHO, Mário César. *A Escrita Literária e As Formas da Construção da Identidade Homossexual em Portugal*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF) / Conselho Nacional de Desenvolvimento – CNPQ, 2004, p. 27). Atualmente, o termo homocultura tem gerado questionamentos por vários segmentos das áreas de conhecimento que estudam gênero e sexualidades. Qual a sua impressão em detrimento do conceito, ele não mais atende ao significado que fora produzido? E sobre o congresso da ABEH, como avalia hoje, tendo referência as categorias LGBTQI+?

MCL

Invoco mais uma vez a História. A palavra homocultura apareceu no fim dos anos 90, quando a ILGA – International Gay and Lesbian Association – organizou, na Europa, um ou dois congressos a respeito, identificando a produção cultural de homossexuais. Em inglês, o prefixo “homo” era usado como substantivo para identificar, de maneira geral, pessoas que, hoje, identificamos como representantes das categorias LGBTQI+. A palavra, então, era bem funcional e indicava o que se desejava desenvolver. Mas não “pegou”. O termo, para ficar, dependia do esforço dos membros da Associação, do seu uso, fixação e conceituação, e, a isso, sempre houve resistência. Afinal, o prefixo “homo” permanecia evocando uma parcela não significativa dos pesquisadores e dos seus objetos. E, mais, no Brasil, ficou atrelado a homens cis e gays. A qual diversidade nos reportávamos, então? Em 2008, no *Congresso da ABEH*, ocorrido na USP, a Assembleia Geral alterou a denominação do evento para *Congresso de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero*, permanecendo o termo na denominação da Associação. Se o termo ainda gera questionamentos, julgo-os desnecessários, porque a Associação já os superou há mais de 12 anos.

PCG

Para o escritor cubano Severo Sarduy, “escrever é apoderar-se do possível e de suas exclusões” (SARDUY, Severo. *Escrito sobre um corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 108) e para Hilda Hilst, em sua obra *Rútilos*, ao parodiar Terêncio, dramaturgo de Cartago, no período da Antiguidade, enuncia: “tudo o que é humano me foi estranho” (HILST, Hilda. *Rútilos*. Organização e plano de edição: Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2003). Para o crítico, o professor e pesquisador Mário César Lugarinho, o que torna o sujeito estar estranho, de ser excluído, ainda mais em tempos de autoritarismos e incisões a pensamentos fascistas? A literatura é uma porta de saída em meio a labirintos recheados de ideais neoconservadores?

MCL

A Psicanálise, desde Freud, ensinou-nos que todo sujeito é estranho – “unheimlich”, diria. Todo indivíduo, então, percebeu-se, em algum momento da sua existência, estranho. E eu diria que se desejamos manter alguma sanidade, o estranhamento deveria ser permanente porque é o sintoma da consciência de nós mesmos, é a consciência do conforto e do desconforto de nossa existência. Socialmente, os “estranhos” são marginais e marginalizados porque rejeitam toda tentativa de homogeneização que o poder (e os Estados) preveem como modelo de sociedade. Esses indivíduos “estranhos” resistiram e resistem ao poder e, numa democracia plena ideal, seriam os verdadeiros heróis nacionais. “Estranhos” são incômodos, são eles que nos falam de nossas falhas, de nossas fissuras, de nossos crimes, de nossas doenças, por isso os regimes autoritários se esforçam por os eliminarem, e por isso são essências para a nossa sanidade social, cultural e física. Toda homogeneização é autoritária, social e culturalmente – e, talvez, por isso, tantas narrativas tenham tratado nos últimos anos sobre zumbis. A Arte, como um todo, é o lugar da diferença, é onde ela se produz e o que ela produz. Se não formos atentos a essa potencialidade da arte, o autoritarismo, inclusive nas democracias, terá vencido.

PCG

Em “Os Serões do Convento”, um clássico da literatura portuguesa, do escritor José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (CASTILHO, José Feliciano. *Os Serões do Convento*. Lisboa: Typographia do Bairro Alto Andrade, Adriano Guerra. Dicionário de pseudônimos e iniciais de escritores portugueses. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000), é possível recortar uma leitura *cuir*, tendo em consideração a história que é produzida em pleno século XIX, reportando corpos destravados, assumidos em diferentes formas, para o combate à masculinidade hegemônica e ao gênero binário no espaço do convento e situando subjetividades suscetíveis aos atos de ruptura com a cultura heteronormativa?

MCL

Essa obra foi uma grata surpresa, tanto por sua narrativa, uma espécie de *Decameron* tardio luso-brasileiro, quanto pela história que envolve a sua autoria. Ambas, a ficção e a história que envolve a produção dessa ficção, revelam o lugar das dissidências num século tido como conservador e puritano, em países tidos como conservadores e puritanos. O livro teve circulação e repercussão amplas, apesar da divulgação restrita, e seguiu por quase 100 anos como sinônimo de literatura pornográfica – até que caiu no esquecimento. Recuperá-lo foi como descortinar mais um pouco aquele século, quando os estados nacionais se esforçavam por se constituírem e, mais, por constituírem sociedades homogêneas. Além disso, a obra demonstra como o desejo sobrevivia e no que o desejo masculino e burguês consistia. Ele representa uma ruptura naquele século? Não – é mais uma face da masculinidade porque foi escrito por homens e para homens, reafirmando a sua centralidade cultural, social e política. Por outro lado, representa bem as práticas ocultas, o desejo oculto, a “sedução” e atração pela diferença, demonstrando como a homogeneidade era, e é, entediante. Julgo, por isso, que a história de sua autoria seja bem mais interessante e reveladora – porque envolve dois nomes inconteste da vida social e cultural luso-brasileira, frequentadores assíduos das cortes do Brasil e Portugal, o já citado José e seu irmão mais famoso, António, escreveram a obra em parceria (mesmo

separados pelo Atlântico) e, certamente, não tiveram outro propósito se não o lucro que as vendas do livro proporcionaram.

PCG

Considerando os estudos com as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, poderia apontar as obras que se encaixam como dissidentes aos problemas relacionados às identidades sexuais? Existem valores conservadores dentro do continente africano que pouco se romperam referentes à família nuclear, de modo que o armário ainda é uma fuga, quando se trata de culturas, de sexo, sexualidades, gênero? E mais, qual a dimensão de uma *Queer África* na formação de sua gente, raça, subjetividades?

MCL

As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa tiveram a sua consolidação ao longo do século XX, especialmente, sob o jugo das políticas coloniais do Estado Novo português. Políticas que se esforçavam por homogeneizar culturas e territórios diversos a fim de torná-las novos portugueses. A produção literária das então colônias se consolida como resistência a esse esforço homogeneizador. Desse esforço, talvez o mais bem sucedido, talvez tenha sido a colonização do gênero, com a imposição da estrutura binária e da equação sexo biológico = gênero aos mais diferentes povos, cujas tradições apontam para formulações diversas ao modelo europeu. Tanto dissidências sexuais e de gênero foram desconsideradas e, quiçá, abolidas, quanto o equilíbrio das relações de gênero foram atingidos por essas políticas (com a desconsideração das organizações familiares tradicionais e a inserção do modelo da família nuclear, com o protagonismo masculino). Produzidas nesse contexto, e com forte censura, as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pouco deram relevo a esse sentido. Algumas manifestações, contudo, têm emergido nos últimos anos, mas, ainda, sem formarem uma série mais consolidada.

Nos últimos tempos, as perspectivas descoloniais da crítica têm se sobressaído seja por buscarem exemplos bem-sucedidos no continente, seja por considerarem a potencialidade das suas culturas. Entretanto, pouco

encontro de discussão acerca da colonialidade do gênero no continente africano. Aliás, a estrutura binária do gênero conseguiu se naturalizar com muita facilidade, não porque faculte um armário confortável aos dissidentes, mas porque os condicionou à invisibilidade, em um contexto colonial bastante complexo, onde se sobrepunham interesses muito diversos. Nós, brasileiros, apesar de nossa inquestionável herança cultural, olhamos, na maior parte das vezes, para o continente africano com olhar reduzido e sem perspectivas, que não a dada pela nossa própria experiência colonial, na qual prepondera o protagonismo da cultura europeia. Esquecemos das sociedades coloniais da África subsaariana e que foram, por séculos, enquanto durou o comércio de pessoas escravizadas, bastante híbridas. Será que a fluidez do gênero era exclusiva apenas aos governantes, como no caso de Nzinga Mbandi, ou era recurso estendido a outras camadas da população. O que você chama de queer África deve levar em consideração as diferentes realidades de cada país (são mais de 50) e as condições históricas, políticas, religiosas, sociais e culturais de cada região. Na maior parte do continente, há poucas iniciativas das comunidades LGBTQ+ e que o “armário” ainda é funcional.

PCG

Ao apresentar um artigo *Como traduzir a teoria queer para a de língua portuguesa?* (LUGARINHO, Mário César. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. V. 1 n. 2, 2001, *Revista Gênero*, p. 36-46), mostra uma análise mais histórica, partindo dos estudos da crítica pós-estruturalista. O que seria a tradução do sentido queer hoje? Poderia ser reescrito sob qual foco de reflexão e análise para a nossa cultura e para a literatura? Poderia comentar sobre as pesquisas que analisam questões de gênero em comunidades de língua portuguesa e africanas que abrigam corpus linguístico e científico similares aos estudos queer realizados no Brasil?

MCL

Apesar de publicado em 2001, o artigo foi escrito em 1999 quando foi apresentado como comunicação em evento científico. Apesar de acreditar que ele esteja superado, alguns de seus leitores me convencem do contrário. O

artigo foi escrito às pressas, era urgente escrevê-lo e tenho consciência de todas as suas lacunas. Mas era preciso escrevê-lo, antes da teoria queer aportar aqui como mais uma onda crítica, como havia sido tantas outras. O seu comprometimento social, político e cultural deveria ser apontado e registrado antes de que se convertesse em “mais uma teoria”. Até porque não era mais uma teoria, mas muitas outras teorias. Quando me aproximei dos estudos queer procurei compreendê-los intrinsecamente, como eles se formularam, a partir de qual perspectiva e condições. Foi quando me deparei com a obra de Gayatri Spivak, da jovem tradutora de Derrida nos anos 70, e a autora do prefácio que, nos EUA, ficara mais famoso que a *Gramatologia*. Poderia dizer que ela me abriu muito os horizontes, dentre eles a discussão sobre a ordem cultural de uma maneira muito clara para quem, nos anos 80, havia se dedicado em demasia ao estudo da filosofia da linguagem. Mais do que uma referência histórica ao pós-estruturalismo, acredito que os textos seminiais de Spivak, que cito, ainda sejam muito atuais.

Espanta-me que questões lançadas naquele artigo ainda gerem muita atenção dos pesquisadores que se iniciam nos estudos queer (aqui ou no Exterior) e que se preocupam com as culturas de língua portuguesa. Algumas questões de fundo que ele apresenta, pouco foram desenvolvidas e, por isso, ainda acredito na sua atualidade. Tentei reescrevê-lo uma vez, mas não fui tão bem sucedido.

PCG

As transexualidades têm se mostrado impactantes no espaço social. O exemplo da travesti Gisberta Salce Júnior ganhou uma referência significativa e abalou muito a todos e a todas que tomaram conhecimento da história trágica do assassinato da brasileira, radicada no Porto. Após o caso de Gisberta, Portugal criou políticas públicas contra a violência a transgêneros e a travestis? Vivemos numa guerra social e cultural a pretas, travestis e demais gêneros e sexualidades. Como a produção literária das nações de língua portuguesa e demais nações ocidentais vêm potencializando os referidos lugares de discurso?

MCL

A pergunta desdobra-se duas, apesar de relacionadas. A produção literária deixou de ter a centralidade que teve na cultura há bastante tempo. Hoje, a literatura acompanha a produção cultural e é mais uma reverberação do que centro gerador de sentido. No caso de Gisberta, a canção de Pedro Abrunhosa é mais efetiva, para dar visibilidade à sua tragédia, do que qualquer poema, conto ou romance a respeito, que atingem primeiramente uma classe letrada. Em Portugal, há iniciativas, especialmente na saúde pública, mas nenhuma política efetiva de inclusão social, civil ou profissional.

O “lugar de fala” tornou-se fetiche para as políticas identitárias, como se fosse um pré-requisito para a legitimação discursiva. No que tange à literatura, parece que se pode, com isso, invalidar discursos de alteridade que não se constituam em testemunho. Persegue-se a autenticidade do sujeito, como se o sujeito não fosse uma construção discursiva. É um paradoxo, porque se invalida o cerne do literário, a ficção e a auto ficção. O discurso que não se submeta a um regime de verdade parece ficar invalidado. Ora, isso é autoritarismo, a eliminação da conotação. A Literatura é o lugar da pulverização de sentidos, da problematização, da desconstrução. A canção de Abrunhosa se invalidaria porque o seu autor não é um indivíduo trans?

Por outro lado, a afirmação e a problematização dos lugares de fala vêm abrindo fissuras nos edifícios canônicos, expondo as nossas feridas históricas e “vícios” culturais. Pulverizam o que se encontra assentado e bem cimentado. Pesquisas como a de Regina Dalcastagné ou de Fernanda Miranda puseram em evidência o que sempre se supôs e nunca se comprovou: quão seletiva, misógina, racista, sexista, xenófobo, nossa literatura e nossa cultura são. No que tange à produção literária, o reconhecimento da literatura de autoria negra e a emergência da “literatura periférica” deram protagonismo a quem nunca teve lugar de representação.

PCG

Do nosso primeiro livro da literatura brasileira e da portuguesa, da geração Pós-HIV, pós redemocratização brasileira e pós Revolução dos Cravos, quais atitudes, gestos, políticas foram cravados em direção a práticas de

liberdades? Quais as imagens poderiam apresentar e permitir reflexões sobre atuais tempos?

MCL

Há tantas imagens, porque é uma longa história... Ney Matogrosso, António Variações, Cazuza, e, hoje, Pablo Vittar, Titica ou o grupo Fado Bicha, são figuras cujas imagens, juntas, contariam essa longa história. Mas eu elejo, de nossa história mais recente, a imagem de uma boneca vestida de bruxa, sendo queimada, como reação à visita, em 2017, de Judith Butler, a São Paulo. É horrenda! Mas fascinante. Foi a reação a um movimento que é imparável, incontornável. Concordo com a filósofa estadunidense, todo esse conservadorismo me parece mais uma reação desesperada do que efetivamente uma ação repressora. Não voltaremos ao armário!

PCG

“Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês.” Paul B. Preciado (PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano*. Trad.: Eliana Aguiar. São Paulo: Zahar, 320 p), apresenta, aqui, as suas crônicas no período de seu processo de transição de gênero. Em outro foco de argumento, afirma que um texto terrorista é aquele que intervém socialmente, mirando a violência pela qual excede às leis de seu contexto social, das ideologias nas quais se insere, incitando a própria inteligibilidade histórica.

Acompanhando o pensamento descrito pelo filósofo e escritor transgênero espanhol, estaríamos no contemporâneo urgente, transgressivo, dissidente, de travessias e avesso a uma política de assédios, de violências. Para um Brasil desgovernado, precisamos ser mais “terroristas”, de acordo com a reflexão de Preciado?

MCL

Ah! sem dúvidas! Recatada e do lar era a sua mãe! Mas é preciso perceber quando a dita transgressão é efetivamente transgressiva. Entre “Priscila” e “Thank you for everything, Julie Newman”, entre Luís Capucho e Caio Fernando Abreu ou entre Judith Teixeira e Maria Teresa Horta, há uma imensa distância! O problema está em naturalizar o “terrorismo”, é preciso permanecer “estranho”.

PCG

“Corpo incompreensível, penetrável, opaco, aberto e fechado: corpo utópico. Corpo absolutamente visível – porque sei muito bem o que é ser visto por alguém de alto a baixo, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreendido quando menos espero, sei o que é estar nu” (FOUCAULT, M. O corpo utópico. As heterotopias, *Jornal Argentino Página 12*, tradução Cepat, 29/10/2010)

O fragmento do corpo utópico, as heterotopias em Foucault, no tópico situado, fala do lugar de todos os lugares. Nesse sentido, estamos nus? E em que medida nossos corpos e subjetividades estão sendo agenciados em tempos coléricos da pandemia da *Covid 19*, na política, na ciência, na educação e pensados de modo estruturais, ainda estamos vinculados às heranças culturais da colônia?

MCL

Lembro-me da *Dorotéia*, de Nelson Rodrigues. Em algum momento uma das tias da personagem título manifesta o seu horror toda vez em que imaginar que sob a sua roupa há um corpo nu.

O desconforto com o que somos efetivamente pode estar refletido no que usamos para nos encobrir e para nos representar. Descobrimo-nos de alguma forma no isolamento? Ou submergimos nas representações do que imaginamos ser?

É importante pensar em que lugar pusemos nosso próprio corpo, de onde o tiramos e onde o colocamos. De onde saímos e onde nos colocamos. Fomos confinados à revelia de nossa vontade, por proteção ao corpo, ao mais

óbvio de nossa sobrevivência. O resultado dessa experiência amarga ainda está por se sentir e verificar, não arriscaria uma previsão ou uma conclusão apressada, ainda mais quando uma “segunda onda” está a se levantar. Mas lembro que, em março de 2020, pulularam manifestações otimistas, “sairemos melhores!” – não saímos e nem sairemos melhores se não rechaçarmos o horror da tia de Dorotéia; não se trata de abolirmos a representação (ou o vestuário), mas sermos capazes de lidar conosco e, amorosamente, com o outro. Vidas inteiras e longas são vividas sem que nos apercebamos disso. Gregor Samsa ficou “melhor”? G.H.? Luís da Silva? Lembro Win Wender, em *Untill the end of the world*, homens e mulheres se desnudavam diante de si mesmos e, como consequência, se fechavam em si mesmos, mas, através do olhar amoroso de um narrador, a representação os “salva”. Uma narrativa nos “salvará”? Não sei, mas se não soubermos como fazer isso, o horror sobreviverá à vacina.